

Centro Ruth Cardoso

Ciclo Juventudes

Comitê Juventudes e Construção de Identidade

Reforma do Ensino Médio – Reunião 2

*A partir de um processo de redesenho de seus propósitos e linhas de ação, o Centro Ruth Cardoso (CRC), abarcado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, passa a investir na consolidação de seu papel como um polo de geração e disseminação de conhecimento. Para tal, o CRC reuniu pessoas atuantes na academia, em movimentos sociais e nas diferentes linguagens artísticas para pensar temas contemporâneos, produzindo materiais que sistematizem e compartilhem as análises e reflexões geradas nesses encontros. A temática a ser explorada no primeiro ciclo é **Juventudes**, dividida em três vertentes: atuação política, construção de identidade e sociabilidades.*

*Este documento registra e organiza o conteúdo principal do debate **Reforma do Ensino Médio – parte 2**, realizado em 21 de julho de 2021, no âmbito do **Comitê Juventudes e Construção de Identidade**.*

CONVIDADOS

- **ALÉSSIO TRINDADE:** é professor titular do Instituto Federal da Paraíba e pesquisador associado da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Secretário de Estado da Educação da Paraíba, Secretário de Educação Profissional do Ministério da Educação e reitor do Instituto Federal de Brasília, além de participar da criação de iniciativas como o Ensino Médio integral e técnico da Paraíba;
- **JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES:** é professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais, ambos da FGV. No Ministério da Educação, foi Ministro de Estado, Secretário Executivo e presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- **GHISLEINE TRIGO** (mediação): é presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Na Secretaria Estadual de Educação paulista, foi coordenadora de Gestão da Educação Básica e do projeto de desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos cadernos dos professores. É membro da Rede de Parceiros do CRC.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- Como será a inclusão da formação profissional no Ensino Médio?
- Como estão sendo elaborados os currículos estaduais (até 2021)?

- Quais os desafios, as perspectivas e o impacto da educação *on-line* sobre as juventudes?
- Como trabalhar o letramento digital de juventudes que vivem contextos socioeconômicos e de acesso tão desiguais?
- Quais práticas podem se revelar sustentáveis para dar início e continuidade à reforma do Ensino Médio?
- Do ponto de vista dos conselhos estaduais e nacional de Educação, quais estratégias têm sido eficientes para alavancar a reforma do Ensino Médio?
- Quais são as estratégias plausíveis para estimular que a aprendizagem seja o foco de trabalho das secretarias estaduais de Educação? Seria o caso de investir na autonomia das escolas para que elas consigam fazer escolhas comprometidas com a aprendizagem?
- Como escolher os itinerários formativos? A quem cabe essa decisão? Quais estratégias de escuta aos diferentes atores – jovens, professores, mercado – têm sido adotadas pelos estados?
- De que maneira o novo Ensino Médio considera a formação política dos jovens, pautada pelos valores democráticos e pela tolerância ao diferente?
- Sabemos que as profissões do futuro não serão as mesmas de hoje. Como garantir que os processos de escuta às demandas dos jovens considerem de forma contínua a agilidade de um mercado de trabalho tão fluido?
- De que forma a gestão pública tem se renovado diante das demandas sociais por inclusão e diversidade, inclusive por parte do mercado? Como isso tem sido tratado no ambiente escolar, que precisa lidar com as questões de racismo, machismo e demais violências vivenciadas pelas juventudes?
- Como tem sido feita a preparação dos corpos docente e diretivo das escolas para dar conta de uma mudança tão radical trazida pelo novo Ensino Médio?

DEBATE

O NOVO ENSINO MÉDIO: UM RÁPIDO PANORAMA

- Necessidade da reforma do Ensino Médio se coloca pelos resultados educacionais deficitários do antigo modelo, em especial no que se refere à proficiência;
 - Resultados negativos refletem as desigualdades socioeconômicas mais amplas do Brasil: importância de falar sempre em “juventudes”, no plural, diante das distintas realidades;
 - Modelo defasado em relação às demandas e expectativas das juventudes;

- Fosso entre o Ensino Médio e o Ensino Superior: por um lado, perda de estudantes nessa passagem; por outro, ausência de uma discussão sobre o papel dos diferentes níveis de formação e instituições para que o jovem tenha clareza na sua decisão, o que impacta nas taxas de conclusão dos cursos superiores.
- Dos 26 estados mais o Distrito Federal, somente 11 aprovaram o novo currículo no respectivo Conselho Estadual de Educação;
 - Ainda que a pandemia de COVID-19 tenha interferido no andamento do processo, o cenário é alarmante, considerando que o novo Ensino Médio deverá estar implementado já em 2022;
 - Dos 11 estados que aprovaram as novas diretrizes, alguns o fizeram a toque de caixa, sem um debate aprofundado com seu Conselho;
 - Poucos estados estabeleceram a devida discussão com os professores, de modo que eles pudessem compreender e incorporar as mudanças: ponto de preocupação, já que as transformações na Educação concebidas pelo núcleo estratégico das secretarias têm de chegar até a sala de aula para serem efetivas.
- Necessidade de acompanhamento para que a reforma do Ensino Médio não se torne “letra morta”.

“Com todos os desafios, somente o fato de termos feito essa discussão já é muito positivo, porque na verdade o que estamos fazendo é debater aprendizagem e a necessidade de reduzir o fosso entre aquilo que a juventude pensa, aquilo que ela quer do ponto de vista da escola e aquilo que a escola oferece, especialmente no Ensino Médio. A escola que temos hoje, como diria Manuel Castells, sofre de um problema de obsolescência. Nós estamos trazendo jovens que têm um pensamento do século XXI para uma escola que é dos séculos XIX e XX.” – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

OS DIFERENTES ATORES E SEUS DESAFIOS NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

- A escola pública:
 - Descrença generalizada por parte dos formuladores de política, dos tomadores de decisão e das pessoas que pautam a opinião pública em relação ao sistema público de Educação e seus atores;
 - Interesses políticos e corporativos diante de um orçamento nacional vultoso para a Educação: é preciso que a execução desse orçamento esteja alinhada ao projeto pedagógico.

“Nós temos um problema. Quando fazemos uma política pública, nós não acreditamos no nosso jovem como ele é, nós não acreditamos nos nossos professores como eles são e nós não acreditamos na escola pública como ela é hoje. A partir disso surge o seguinte: todo

“mundo se mete na escola pública e, no final das contas, todo mundo volta para culpar o professor e a escola pública, principalmente os políticos. Nós não acreditamos, nos metemos na seara de uma forma muito desorganizada e depois retornamos a culpa pelo desastre a eles mesmos.” – ALÉSSIO TRINDADE

- As secretarias estaduais de Educação:
 - São poucos os casos de secretarias com uma gestão voltada para a aprendizagem: desde o secretário estadual de Educação até o supervisor escolar, a agenda de trabalho dos gestores costuma ser tomada pela solução de problemas de suporte;
 - Gestão voltada para a aprendizagem como requisito para a implementação do novo Ensino Médio: ao contrário do Ensino Fundamental, para o qual foi construída uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) detalhada em seus componentes curriculares, caberá ao estado definir que tipo de Ensino Médio ele deseja oferecer aos jovens, o que coloca um desafio maior às secretarias;
 - “A mudança no Ensino Médio significa uma mudança na gestão do Ensino Médio”: diversas questões colocadas pela reforma impactam diretamente na gestão do sistema educacional, como em gestão de pessoas (contratação de novos quadros, formação dos professores, entender sua reação às mudanças etc.).

“O novo Ensino Médio nos faz mergulhar na questão da aprendizagem, na medida em que temos uma BNCC e, a partir dela, precisamos rever questões associadas a formação de professores, currículo, material didático. E, em geral, a realidade que nós temos nas secretarias de Educação não permite isso, porque elas têm uma agenda voltada muito mais para áreas de suporte – transporte escolar, alimentação escolar, infraestrutura das escolas etc. – do que propriamente para áreas finalísticas.” – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

- Os conselhos estaduais e nacional de Educação:
 - Importância de valorizá-los como uma instância qualificada de debate das políticas públicas educacionais, capaz de contribuir para que o foco das secretarias de Educação seja de fato a aprendizagem;
 - Troca de experiências: criação de espaços como fóruns e grupos de trabalho temáticos permite que os estados conheçam o que tem sido feito no restante do país e construam referências positivas;
 - Experiência do Conselho Estadual de São Paulo: diálogos frequentes com a equipe da secretaria estadual de Educação; envolvimento das universidades públicas para identificar os desdobramentos da reforma do Ensino Médio nas graduações; deliberação visando à garantia de mecanismos de discussão com professores e gestores; deliberação para que as instituições de Ensino Superior responsáveis pela formação inicial incluam em seus planos de curso conteúdos relacionados ao novo

Ensino Médio; deliberação sobre os critérios para a contratação de instituições que vendem cursos para os itinerários formativos;

- Diante da omissão do Ministério da Educação, papel fundamental do Conselho Nacional de Educação durante a pandemia de COVID-19 para o desenvolvimento de diretrizes e protocolos, bem como do Conselho Nacional de Secretários de Educação para articular o andamento da implementação do novo Ensino Médio.

"Os conselhos estaduais nem sempre são uma instância valorizada do ponto de vista das políticas públicas. E uma estratégia que funciona para os professores, que é a troca de experiências exitosas, parece funcionar também para o fortalecimento desses conselhos."

– GHISLEINE TRIGO

- Os diretores de escola:

- "Vocês não têm pena dos diretores das escolas": gestores sobrecarregados pela tarefa de administrar os diversos projetos, programas e ações educacionais criados por diferentes ministérios, secretarias, universidades, institutos federais e organizações da sociedade civil, o que se torna um fator crítico para a gestão do projeto pedagógico escolar – seja ele o velho ou o novo Ensino Médio;
- Em geral, tais projetos, programas e ações educacionais que chegam às escolas não têm alinhamento com o projeto pedagógico nem compromisso com a rotina pedagógica escolar;
- "Todo mundo mete a mão na escola": interferência de interesses políticos e financeiros de atores locais sobre o projeto pedagógico, seja por parte de pessoas com autoridade maior que a do diretor escolar (exemplo: prefeitos e pessoas indicadas por eles), seja por empresas interessadas na venda de livros, equipamentos etc.

"Nós temos um fluxo de gestão: nós pensamos um programa, temos os indicadores, passamos para os diretores regionais, estes fazem a formação continuada com os diretores escolares, que vão lá para a ponta, e aí chega o prefeito e fala: 'Não é desse jeito, não, é de outro jeito', e todo mundo tem de obedecer. Isso é um modus operandi e uma característica da fragilidade do nosso processo de gestão da Educação que fazem com que as coisas não aconteçam."

– ALÉSSIO TRINDADE

- Os professores:

- Agente de transformação: o professor deve entender que ele não vai para a escola ensinar física, matemática ou português, mas sim como parte de um projeto escolar mais amplo, no qual ele contribui para a caminhada do aluno do Ensino Médio em se conhecer, compreender, construir e planejar sua vida.

- Os estudantes:
 - “O valor da escola”: é preciso que o jovem tenha a concepção de que ele frequenta a escola não por mera obrigação, mas sim porque ele vê no Ensino Médio uma oportunidade para viver, aprender, desenhar e redesenhar seu planejamento de vida em um ambiente em que ele recebe apoio para fazê-lo da melhor forma.

A ESCOLA DO SÉCULO XXI

- Experiências mostram que há bons resultados quando:
 - As escolas têm um projeto pedagógico claro, que considera temas das artes, da cultura, dos esportes, do trabalho, do empreendedorismo, do acesso à universidade;
 - A gestão escolar tem as condições necessárias para se dedicar à implementação do projeto pedagógico, cabendo às secretarias estaduais de Educação filtrar e dialogar com os diferentes interesses que impactam o “chão” da escola;
 - Há processos de suporte inteligentes, que desoneram os gestores para que eles se concentrem na aprendizagem. Exemplos: implantação de sistemas eletrônicos para a comunicação e a resolução de problemas de infraestrutura das escolas; repasse de recursos para que o próprio diretor escolar adquira e administre o pacote de conexão à Internet, em vez de um contrato único para toda a rede via secretaria de Educação;
 - Há uma cultura de acompanhamento com sofisticação crescente e uma cadeia de responsabilidades clara, na qual os professores têm compromisso com que todos os jovens – inclusive os desinteressados – cumpram os objetivos de aprendizagem; os diretores e coordenadores pedagógicos têm compromisso com o que acontece em cada turma; as coordenações regionais e as secretarias de Educação têm compromisso com o que acontece em cada escola (o que é um desafio complexo para as grandes redes estaduais de ensino);
 - Há formação continuada dos professores dentro de um planejamento das secretarias de Educação, com foco na execução do projeto pedagógico escolar e alinhada de forma autêntica à rotina pedagógica;
 - Os professores são parte do processo de construção do projeto pedagógico escolar, dos parâmetros de gestão e de monitoramento, uma vez que são eles os reais conhecedores das características operacionais da escola;
 - Desde os professores até as secretarias de Educação, há preocupação e compromisso com a aprendizagem plena (ou seja, com a inclusão), de maneira a proteger aqueles estudantes excluídos da escola por razões que envolvem racismo, violência e demais questões sociais;

- Os jovens são corresponsáveis pelo processo educacional, em uma gestão escolar democrática.

“Um desafio é o protagonismo. Se o professor não é ouvido, imagine o jovem. Dar voz às juventudes, acreditar que elas têm contribuições a dar parecem ser uma boa saída, e nós temos tido surpresas interessantes, especialmente durante a pandemia de COVID-19.” – GHISLEINE TRIGO

- Formação para o mundo do trabalho:
 - Objetivo do novo Ensino Médio não é formar mão de obra, mas desenvolver pessoas para todas as provas da vida, o que inclui o trabalho;
 - Consultas públicas feitas aos jovens têm demonstrado o interesse desse público por algum tipo de curso técnico profissionalizante;
 - Importância de criar mecanismos de escuta sobre os itinerários formativos que envolvam todas as partes interessadas: jovens, professores, escolas públicas e privadas, universidades, conselhos de Educação etc.;
 - É fundamental que a flexibilidade pretendida para o novo Ensino Médio trabalhe a favor da escuta contínua às demandas dos jovens em um mercado de trabalho que passa por intensas e velozes transformações;
 - “Repensar o futuro a cada momento”: importância de que haja uma integração entre os itinerários formativos para que o jovem possa escolher os caminhos que deseja explorar, em especial diante de novas gerações que absorvem conjuntos diversos de informação rapidamente e de uma nova economia em que as trajetórias formativas tradicionais já não têm o mesmo peso;
 - Articulação com o modelo de educação integral.
- Formação para a cidadania:
 - Em 1937, ao definir como seria o ensino brasileiro, governo da época decidiu priorizar uma visão de educação pautada na Igreja católica, e não na filosofia, o que influenciou a maneira como a formação política das juventudes é trabalhada nos currículos escolares;
 - No novo Ensino Médio, a formação política dos jovens é parte integrante da formação para temas contemporâneos, cabendo a cada rede estadual, escola e professor determinar como isso será desenvolvido e executado;
 - “Não é tudo enlatado”: importância de os currículos darem a oportunidade da escolha aos jovens, como clubes de debate, clubes de ação social, atividades sistemáticas na comunidade;
 - “Saber pensar”: casos de países desenvolvidos como a Finlândia e a Coreia do Sul mostram que o impressionante desenvolvimento tecnológico de anos recentes não foi

acompanhado de uma capacidade crescente de inovação em decorrência da falta de visão crítica.

"Os países desenvolvidos que estão pensando em educação profissional têm se preocupado com a questão do pensamento crítico dos jovens, de forma a levá-los a pensar sempre na mudança, na criação e a ser um motor da inovação dentro de um conceito que chamamos de inovação aberta. Vimos na pandemia de COVID-19, diante do desafio da produção de vacinas, diversos institutos de pesquisa e profissionais de vários países fazendo um esforço conjunto para produzir uma solução benéfica para a sociedade. Essa inovação aberta requer que o jovem tenha a capacidade de conviver e de ter tolerância com pessoas que pensam de forma diferente, o que vai totalmente em outra direção do que vivemos hoje com a ideia de polarização." – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

"O engajamento do estudante nas questões pedagógicas e formativas da escola, na política escolar – e não me refiro só à política de representação, à disputa de cargos nos grêmios estudantis, mas a ter opinião e atuação ativa no dia a dia escolar –, isso é formação política também. E essa formação política precisa ser estimulada para que o estudante seja agente de mudança, tanto dentro da escola quanto na própria comunidade ao redor." – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

REFERÊNCIAS & MATERIAIS DE INTERESSE

- Base Nacional Comum Curricular, documento normativo do Ministério da Educação: <https://bit.ly/3idDUbh>
- Itaú Educação e Trabalho, iniciativa de apoio e incentivo à implementação de políticas públicas, com foco principal na formação para o mundo do trabalho: <https://bit.ly/3rUozRx>
- Jovem de Futuro, programa que trabalha a gestão em escolas públicas de Ensino Médio implementado pelo Instituto Unibanco em parceria com as secretarias estaduais de Educação: <https://bit.ly/36xK3tN>
- *Manuel Castells Scientific Work*, site que reúne a produção intelectual do sociólogo espanhol, como capítulos de livros, artigos e conferências, em uma iniciativa da Universitat Oberta de Catalunya e da Fundación Telefónica: <https://bit.ly/3xiToli>
- Nova Lei do Ensino Médio (n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017): <https://bit.ly/3hCIZLr>
- *O novo Ensino Médio e os itinerários formativos*, webinar realizado em 04 de junho de 2020 pela Fundação Getulio Vargas: <https://bit.ly/3BYElzx>